Projeto de Lei nº 211 /2021

Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.(SEI 5923-0100/21-0)

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado a alienar ou transferir, total ou parcialmente, a sociedade, os seus ativos, a participação societária, direta ou indireta, inclusive o controle acionário, transformar, fundir, cindir, incorporar, extinguir, dissolver ou desativar, parcial ou totalmente, seus empreendimentos e subsidiárias, bem como, por quaisquer das formas de desestatização estabelecidas no art. 3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995, alienar ou transferir os direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de controladas, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade, assim como alienar ou transferir as participações minoritárias diretas e indiretas no capital social da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Parágrafo único. A desestatização de que trata o caput poderá ser executada mediante alienação de participação societária, inclusive de controle acionário, abertura ou aumento de capital, com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição, mediante pregão em bolsa de valores ou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário, inclusive por meio de IPO (oferta pública inicial), observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Art. 2º Fica o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado a ceder, a título de contrapartida, até o total de 38.000.000 (trinta e oito milhões) de ações da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, de sua titularidade, aos Municípios que venham a firmar, em até 90 (noventa) dias após o início da vigência desta Lei, Termo Aditivo de Rerratificação do Contrato mantido com a Companhia, prevendo, cumulativamente:

I - a extensão dos prazos contratuais, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;

II - as cláusulas de que tratam os artigos 10-A, 10-B e 11-B da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

§ 1º A cedência das ações de que trata o caput será objeto de cláusula constante do Termo Aditivo de Rerratificação e somente se perfectibilizará quando concretizada a desestatização de que trata o art. 1º desta Lei.

§ 2º O número máximo de ações a serem transferidas a cada Município que preencha os requisitos estabelecidos neste artigo será proporcional à sua respectiva participação percentual no faturamento total anual da CORSAN referente ao exercício de 2020.

§ 3º O índice percentual de participação no faturamento da CORSAN de que trata o § 2º será arredondado para 0,005% (cinco centésimos por cento), quando for menor, e para 6% (seis por cento), quando for maior a efetiva participação do Município no faturamento da Companhia.

§ 4º O número de ações efetivamente devido a cada Município que preencha os requisitos estabelecidos neste artigo será calculado mediante:

I - a multiplicação do número total global de ações que trata o caput pelo índice percentual de participação no faturamento da CORSAN de que trata o § 2º;

II - a dedução de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o produto de que trata o inciso I para cada ano faltante para alcançar o ano de 2060 como termo final do respectivo contrato após a assinatura do Termo Aditivo de Rerratificação de que trata o caput.

§ 5º Os Municípios que façam jus às ações de que trata o caput poderão exercer, no momento da alienação das ações de titularidade do Estado, a opção de aliená-las juntamente com o acionista majoritário

(tag along).

§ 6º O Estado do Rio Grande do Sul firmará, como interveniente, o Termo Aditivo de Rerratificação de Contrato de que trata o caput, obrigando-se, exclusivamente, a ceder as ações, observado o cálculo e o preenchimento dos requisitos definidos neste artigo.

§ 7º Em não se concretizando o processo de desestatização de que trata o art. 1º desta Lei até 31 de dezembro de 2022, as ações transferidas, mediante condição suspensiva, na forma do disposto neste artigo, serão automaticamente revertidas ao Estado do Rio Grande do Sul, independentemente de qualquer ato formal do Estado ou dos Municípios.

Art. 3º Na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, que autoriza a constituição da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN e dá outras providências, no art. 13, fica inserido o § 4º com a seguinte redação:

“Art. 13.....

.....

§ 4º *O disposto neste artigo aplica-se à Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN exclusivamente enquanto o Estado do Rio Grande do Sul for detentor de pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.”*

Art. 4º Na Lei n.º 10.607, de 28 de dezembro de 1995, que institui o Programa de Reforma do Estado – PRE e dá outras providências, no art. 3º, ficam inseridos o inciso VII e os §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 3º.

.....

VII - alienação de participação societária, inclusive de controle acionário, abertura ou aumento de capital, com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição, mediante pregão em bolsa de valores ou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

§ 1º *Quando a desestatização for operada pelas modalidades de que tratam os incisos I, II e VII do caput, inclusive com alienação do controle acionário, acompanhado ou não de oferta pública secundária de ações de propriedade do Estado ou de empresa por ele controlada, direta ou indiretamente, a licitação poderá dar-se mediante oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).*

§ 2º *Nas hipóteses em que a licitação se dê mediante oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário, nos termos do § 1º deste artigo, o processo de desestatização e sua respectiva publicidade observará o disposto nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não se aplicando o disposto nos artigos 4º e 5º desta Lei.”*

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se:

I - os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 10, 11 e 12 da Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965; e

II - o inciso III do artigo 3º e o artigo 7º, da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995.